

A “DOMESTICAÇÃO” DA PAISAGEM COMO PARTE DO “PROCESSO CIVILIZADOR”: UMA ANÁLISE DAS FOTORREPORTAGENS DA REVISTA *O CRUZEIRO*¹

Marlise Regina Mayerr²

Resumo: O artigo analisa as imagens das paisagens brasileiras difundidas nas fotorreportagens da revista *O Cruzeiro* nos anos 50. Estas estiveram pautadas pelo ideal civilizador do qual a revista era representante. Ela entendia que o país estava em sua etapa final do processo civilizador, portanto, era ainda necessário fazer ajustes que, no que diz respeito ao espaço nacional, significava promover a integração do território brasileiro em conformidade com a lógica capitalista de ocupação e exploração. Com esse propósito, a revista tratou de divulgar e reforçar uma determinada “classificação” das paisagens brasileiras a partir de características identitárias regionais, buscando, assim, impor aos seus leitores uma imagem unitária do país.

Palavras-Chave: Brasil; representação; civilização; paisagem; fotorreportagem.

Abstract: this article analyses the images of Brazilian landscapes widespread in the photos in *O Cruzeiro* magazine in the fifties. These “reports” were guided by the civilizing ideal represented by the magazine. The periodical assumed Brazil was in its final civilizing process, so, it was necessary to make adjustments in respect to national territory by promoting the country integration according to capitalist occupation and exploration. With this purpose, the magazine spread a classification of the Brazilian landscapes by identity features, imposing to readers a unique country image.

Key words: Brazil; representation; civilization; landscape; photojournalism.

O objetivo deste estudo é analisar as imagens do espaço nacional, reproduzidas na revista *O Cruzeiro* entre os anos de 1955-

¹ O texto é parte de minha tese de doutorado intitulada Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista *O Cruzeiro* (1955-1957), defendida em janeiro/2008 na PUCRS.

² Doutora em História pela PUCRS. Profa. da FACCAT - Faculdades Integradas de Taquara. E-mail: meyrer_nh@hotmail.com.

Tempos Históricos	Volume 15 - 2º Semestre – 2011 – p. 299 - 335 ISSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 (versão eletrônica)
----------------------	--

57, percebendo em que medida elas relacionam-se a uma visão de mundo específica, ou seja, àquela correspondente ao projeto de nação que a revista e o grupo Associado defendiam. *O Cruzeiro*, veículo do grupo dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand foi, durante muito tempo, o principal veículo de circulação nacional a difundir imagens do país. A revista popularizou o gênero fotorreportagem, inovação que passou a caracterizá-la, tornando-a um dos principais veículos de comunicação do país, na década de 50, sendo por isso, um importante construtor e difusor das representações sociais e culturais do Brasil.

Para tal, fundamentamo-nos na concepção de que as formas espaciais são construídas a partir de um conjunto de representações culturais historicamente elaboradas, como produto do próprio processo de transformação social. Assim, “[...] por trás de toda concepção espacial, arranjo e utilização da terra, mapeamentos e descrições de paisagem, valorização ou não de lugares, estão os valores culturais, o universo da cultura, da política e das ideologias”(ARRUDA, 2000:28).

Com o intuito de impor uma determinada visão sobre espaço nacional, *O Cruzeiro* retratou-o frequentemente em suas páginas, seja por meio de discussões acerca das questões estruturais das cidades brasileiras, da exploração racional do interior ou divulgando as paisagens nacionais elaboradas com objetivo de construir uma imagem do Brasil como país exótico. Nesse processo, promovia uma classificação das regiões brasileiras, ressaltando características identitárias regionais, utilizando-se ora de denominações para referir-se a um espaço, tais como: “Terra de Ninguém”, “Paraíso Perdido”, “Brasil Desconhecido”, “(território) Virgem”, “Brasil Exportação”, “Cidade Maravilhosa”, “Zona Norte”, “Zona Sul”; ora de fotografias, cujo simbolismo remetia ao mesmo universo de sentido.

Essas características são também fruto de construções simbólicas, elaboradas a partir dos interesses e pressupostos dos autores que visam, em última análise, “determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (BOURDIEU,2007:112).

Para Pierre Bourdieu, a luta pelo poder de classificação é a própria luta pela definição da identidade regional ou étnica e deve ser entendida enquanto “luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais [...]”(BOURDIEU,2007:113). Ao divulgar as representações do Brasil dividido em regiões idealizadas, as fotorreportagens buscavam construir um consenso, a partir da imposição de princípios de visão e divisão comuns, portanto, uma visão única de sua identidade a partir da unidade da nação.

Esse propósito não é novo. Nos anos trinta, a integração nacional foi vista como função do Estado. Em trabalho sobre a produção do imaginário brasileiro sobre a Amazônia, Magali F. Bueno diz que, inicialmente, essa integração era mais econômica, sendo que cada região contribuiria com sua produção característica, dentro da ideia de “vocação regional” (BUENO, 2002:69). A unidade era entendida como a união das diversidades regionais. Durante o Estado Novo – 30 a 45 –, foram intensos os debates sobre os critérios que deveriam orientar tais divisões. Segundo a autora, o que prevaleceu foi a divisão em regiões naturais que “se caracterizavam pela topografia, pelo clima, condi es de vida, trabalho e recursos”(BUENO, 2002:70).

Para além do discurso sobre a divisão oficial das regiões, Gilmar Arruda aponta para o fato de que, a partir da virada do século, a imagem do Brasil, enquanto natureza, deu lugar a um “imaginário social bipolarizado em cidades e sertões” (ARRUDA, 2000:13).

Estas representações sobre a paisagem brasileira decorreram do acelerado processo de urbanização vivenciado, principalmente, por São Paulo na primeira metade do século XX. A transformação resultante do processo de urbanização levou a uma percepção da paisagem pautada cada vez mais pela vida urbanizada, entendida como “civilizada”, enquanto que o sertão “passou a ser considerado “atrasado”, “violento”, etc.”. Esta divisão foi reforçada pela difusão desses discursos através dos meios de comunicação em expansão nesse período (ARRUDA, 2000:14-15).

O projeto de nação defendido e difundido em *O Cruzeiro* pressupunha, também, um território nacional e integrado, como parte da tarefa de um “civilizar”, adequando o espaço físico ao ideário do progresso e da modernidade. Com esse objetivo, por diversas ocasiões, a revista atribuía-se a tarefa de (re) descobrir o Brasil, propondo-se a revelar, por meio das fotorreportagens, um país até então desconhecido pelos brasileiros. Contribuía, para essa postura, o próprio caráter da fotorreportagem em que a fotografia era entendida como *testemunho*, prova da realidade³ e o fotógrafo-repórter era o desbravador; o novo bandeirante cuja tarefa, nesse caso, era desbravar o território brasileiro tendo, como fim último, a integração nacional.

A fotografia, por sua vez, implica num outro olhar sobre a natureza, pois a “forma” da representação está diretamente ligada ao mundo que a produziu, e neste caso, o formato fotografia é fruto do mundo industrializado que, em última análise, confere sentido à representação. Vânia Carneiro de Carvalho, citada por Arruda, analisou a representação da natureza na pintura e na fotografia e, no

³ “[...] a foto de imprensa, em maior grau que o texto escrito, aparece com uma tremenda força de objetividade. Pela qualidade da imagem conseguida através de seu aparato técnico, a foto aparece como um testemunho fidedigno e transparente do acontecimento”. PEREGRINO, 1991: 52.

que se refere ao segundo formato, observou “um compromisso de elaboração de uma moderna imagem do país, contemporânea à sociedade capitalista. A autora observou, também, que: “... a fotografia aparece como o meio mais adotado para registrar/representar e empreender uma mudança nas noções de natureza. As novas noções seriam as pensadas a partir do novo cenário brasileiro, especialmente o processo de urbanização e industrialização” (ARRUDA, 2000:82), que as fotografias tornavam cada vez mais visível, anunciando a “civilização”.

Este papel, o de mensageiro da civilização, a revista *O Cruzeiro* atribuía-se e, mais que isso, considerava-se o agente promotor do processo. É neste sentido, como parte de um “processo civilizador”, que a revista apresentava aos seus leitores as paisagens brasileiras, na tentativa de impor a sua leitura do mundo social. Para entendermos o seu posicionamento, bem como conhecer as estratégias utilizadas para difundi-lo, analisamos as formas de organização do espaço nacional veiculadas nas fotorreportagens.

A integração nacional

A integração nacional, em um país de dimensões continentais, sempre esteve no centro das discussões sobre a identidade. Essa questão foi apresentada na revista de diferentes formas. As mais comuns foram as expedições ao interior, especialmente à Amazônia, mostrando a *imensidão* do país a desbravar. Muito antes da construção de Brasília, *O Cruzeiro* já trazia para o leitor as imagens dos vazios nacionais e as propostas de mudança da capital para o interior. Ao mesmo tempo, fazia com frequência referências ao mito do bandeirante paulista: corajoso, desbravador, que permitiu o progresso paulista, símbolo das possibilidades de desenvolvimento da nação.

Essa temática, entretanto, não era exclusividade da revista *O Cruzeiro*. Mary Junqueira, em estudo sobre a revista *Seleções*, informa-nos que essa publicação fazia constante uso da mitologia que, segundo a autora, povoava o imaginário nacional da época, sendo que o ambiente cultural dos anos 40, 50 e 60, veiculado principalmente nos meios de comunicação, debatia teses semelhantes às que a revista *Seleções* apresentava (JUNQUEIRA, 2001).

A mesma autora diz, ainda, que a solução apontada por *Seleções* para resolver tal problema era seguir o exemplo norte-americano por ocasião da “conquista do oeste”, quando “(...) confinaram os índios, exterminaram espécies selvagens e transformaram o continente num espaço cultivado e industrializado pelo norte-americano branco”(JUNQUEIRA,2001:339).

A *Marcha para o Oeste* brasileira foi um projeto elaborado pelo governo Vargas no final dos anos 30, propondo uma colonização dirigida que visava ocupar os espaços vazios do interior do Brasil e povoar as regiões com pouca densidade populacional. Regiões como a Amazônia, Goiás e Mato Grosso seriam, com a *Marcha para Oeste*, integradas ao desenvolvimento econômico do país.

Desde o início, a rede Associada aderiu a esse programa, não só divulgando, como participando das expedições ao interior do Brasil, sobretudo, nos territórios indígenas. O marco desse processo foi a cobertura da Expedição Roncador/Xingu,⁴ ainda nos anos 40, ficando célebres as reportagens da revista *O Cruzeiro* sobre os índios Xavantes, que teriam sido descobertos pelos repórteres da revista, os quais enfrentaram as flechas dos índios hostis para a realização da

⁴ Esta Expedição era considerada a “ponta de lança” da colonização do Brasil Central e Amazônia, de onde partiriam as bases para a colonização de vastas áreas do Araguaia e do Xingu e atingisse Manaus.

reportagem. As fotografias mostravam as marcas, no avião, que seriam decorrentes da flechas indígenas, numa representação que denota a luta civilização *versus* barbárie, identificando os indígenas como inimigos da civilização.⁵

Este ideário da interiorização do Brasil continuava em pauta nos discursos dos anos cinquenta, como podemos acompanhar por meio das extensas reportagens produzidas em *O Cruzeiro*, fruto de verdadeiras excursões realizadas pelos repórteres ao interior do Brasil.

Em reportagem sobre o sertão brasileiro, era Jânio Quadros, então governador de São Paulo, quem fazia o papel de bandeirante. O título é: “Jânio mergulha no sertão”⁶ e descreve a viagem do personagem pelo interior do Brasil, de acordo com o autor, “para tomar contato direto com os problemas nacionais”. A iniciativa foi acompanhada por autoridades do governo do Estado, representantes do SPI⁷ e pela equipe de *O Cruzeiro*, que documentou toda a excursão, através de registros fotográficos, narrativas sobre as localidades visitadas e entrevistas com Jânio, supostamente feitas ao longo da viagem. Podemos ler esse procedimento como parte da “luta de classificações” descrita por Bourdieu de “[...] fazer e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social [...]” (BOURDIEU, 2007:113).

Gilmar Arruda corrobora para esse entendimento, quando diz que mapear, fotografar, descrever o “sertão” e torná-lo conhecido foram estratégias utilizadas a fim de atualizar a representação do lugar, prepará-lo “[...] para o desenvolvimento e preocupação por

⁵ Esta reportagem celebrou a dupla Davis Nasser e Jean Manzon como grandes representantes e pioneiros do fotojornalismo brasileiro. No entanto, ficou comprovado, posteriormente, que o episódio das flechas narrado não seria tecnicamente possível (velocidade e altura do avião e condições técnicas do equipamento fotográfico da época), denunciando o poder de manipulação das mensagens visuais. A este respeito ver: CARVALHO, Maklouf. *Cobras Criadas*. São Paulo: SENAC, 2001.

⁶ *O Cruzeiro*, 23 abr. 1955, pg. 6-14.

⁷ Serviço de Proteção ao Índio, criado pela Constituição de 1946.

novas formas de produção. Tratava-se de atualizar a informação que existia sobre um determinado espaço considerado como “desconhecido”, “pouco explorado” ou como “extremo sertão”(ARRUDA, 2000:21).⁸

Na reportagem descrita acima, o termo “revolução” foi utilizado para indicar as mudanças que estavam em marcha. O agente dessa revolução era Jânio Quadros e sua equipe de trabalho, “[...] gente moça, decidida e entusiasta [...]”⁹ que, já a bordo do avião, promoveram um “seminário aéreo de estudos dos problemas nacionais”.¹⁰ As transformações, portanto, dar-se-iam sob os auspícios da técnica. As fotografias reforçam o ideário bandeirante: ocupando toda a primeira página, uma foto de Jânio entrando mata adentro, abrindo caminho no matagal, é acompanhada da seguinte legenda: “Dotado de uma resistência férrea, o governador do Estado de São Paulo não se contentou em contemplar o Brasil Central do avião. Mergulhou nas selvas, correu riscos, trilhou piques, teve contato direto com o sertão.”¹¹ Na página seguinte, uma série de pequenas fotos de sua equipe de trabalho e de “excursão”, seguida da frase em letras maiúsculas: “Através de seis mil quilômetros percorridos nas selvas brasileiras, o governador paulista toma contato direto com problemas nacionais”¹²

⁸Embora o autor nessa passagem esteja se referindo a um outro recorte temporal – início do século XX -, entendemos que as estratégias descritas na reportagem analisada possuem o mesmo sentido, ou seja, atualizar a representação do sertão brasileiro de acordo com uma visão decorrente da expansão do capitalismo no Brasil.

⁹ *O Cruzeiro*, 23 abr. 1955, p.6.

¹⁰ *Ibidem*. P.7.

¹¹ *Idem*. p.7.

¹² *Idem*. p.7.



Figura 01: “Jânio Mergulha no Sertão”. *O Cruzeiro*, 23 abr. 1955, p.9.

A reportagem narra uma entrevista com Jânio, na qual ele defende a criação do Parque Indígena do Xingu.¹³ A preocupação não era com a preservação da cultura indígena, mas com a do território para servir de “laboratório de estudos”.¹⁴ Jânio teria dito: “a colonização no interior do Brasil deve ser incentivada, quando feita com bases honestas e racionais. Dentro de dez anos, no máximo assistiremos a um rusch espetacular em direção ao oeste...”¹⁵ Os indígenas eram apresentados como parte integrante da natureza e, tal como ela, deveriam ser domesticados de acordo com a lógica capitalista e o ideário do progresso nacional. Índios e natureza evidenciam o lado “in-civilizado” do país e, por isso, passíveis de serem conquistados para a civilização.

Nessas páginas (figura 1), as fotografias mostram três momentos do governador: discutindo as “questões nacionais” com os repórteres durante um churrasco “típico”, e, na foto de mais destaque, contemplando as “Sete Quedas”, cuja legenda diz o

¹³ O parque Nacional do Xingu será criado em 1961 por decreto do então presidente Jânio Quadros. O SPI foi extinto em meados dos anos sessenta, já no governo militar, quando foi substituído pela FUNAI.

¹⁴ *O Cruzeiro*, 23 abr. 1955, p.9

¹⁵ Idem. p.9.

seguinte: “[...] e elas estão aí, virgens esperando pelo homem”.¹⁶ Tal representação das cataratas revela a visão de mundo veiculada pela revista, ou seja, a paisagem era percebida sob a ótica do progresso enquanto potencial de riqueza e possibilidades para o futuro do país.

A reportagem enaltece o papel do SPI¹⁷ como um dos poucos órgãos que vinha fazendo a conquista do interior definida como “bandeirismo”. Além do SPI, a FAB¹⁸ é citada como aliada nesse empreendimento. A própria palavra utilizada para definir a atuação do SPI – conquista – é por si só esclarecedora da função que lhe era atribuída. A expressão remete à luta entre civilização e barbárie, sendo que órgãos, como o SPI, eram considerados representantes legítimos da civilização,¹⁹ interpretando-se como batalhas heroicas no combate aos selvagens. A “proteção” ao índio, objetivo explícito do órgão, na realidade, visava inseri-lo no mundo civilizado, a fim de torná-lo produtivo da mesma forma que a natureza passava a ser vista sob o enfoque de suas possibilidades produtivas. Ao representar a região sob o prisma de suas potencialidades humanas e materiais, a reportagem cumpria a função de “adequação” ou “atualização” da paisagem ao desenvolvimento capitalista que se processava no país.

Porém, os resultados da “Marcha para o Oeste”, iniciada nos anos trinta, já evidenciavam uma série de problemas, em especial, os conflitos de terras decorrentes da falta de um planejamento

¹⁶ *Ibidem*. p.10

¹⁷ Serviço de Proteção ao Índio criado pela Constituição de 1946. O órgão desde 1954 vinha sofrendo acusações de uso político e venda dos lotes indígenas aos brancos. O SPI estava subordinado ao Ministério da Agricultura e há indicações de que o Ministro da Agricultura, João Cleofas, devia favores a Chateaubriand (apoio dos Diários Associados ao Ministro).

¹⁸ As íntimas relações de Assis Chateaubriand com a Força Aérea Brasileira transparecem em todos os seus discursos. Ele considera-se padrinho desta Instituição, na medida em que criou e difundiu a campanha “De asas para o Brasil” que buscava apoio entre os empresários nacionais para a compra de aviões. A FAB é considerada por “Cható”, como o principal meio de integração nacional.

¹⁹ Legitimidade entendida, aqui, conforme Bourdieu, para quem esta depende do seu reconhecimento enquanto tal.

adequado em relação às áreas de colonização, onde uma nova forma de ocupação – capitalista – implantava-se rapidamente. *O Cruzeiro* tratou de registrar estes embates, assinalando a necessidade do governo central assumir a direção do processo, entendido como uma etapa na direção do progresso. Os próprios conflitos, conforme a percepção da revista, evidenciavam o estágio de civilização em que o país se encontrava, ou seja, o caráter “em construção” da nação brasileira. O conflito de terras adquiria um sentido de luta pela civilização ou guerra contra o atraso, conforme fica evidente no texto introdutório da reportagem: “Tributo de Sangue”,²⁰ que reproduzimos, aqui, na íntegra pelo caráter elucidativo para o entendimento do que acabamos de expor:

Esta não é uma reportagem de ataque ou de defesa. Os repórteres que a assinam pretendem apenas registrar um fato com o máximo de objetividade e honestidade. Oferecer ao leitor um “*flash*” dos momentos angustiantes que o sertão goiano está vivendo, na luta eterna dos homens pela posse da terra. Desenrolam-se nos cerrados de Goiás, já empapados de sangue, os episódios por vezes heróicos, por vezes bárbaros, mas sempre devoradores de vidas, que marcaram a era da colonização de todos os continentes – o “*far-west*” norte-americano, a luta contra os suseranos feudais em solo europeu, a resistência africana aos conquistadores brancos, o desespero Incaico ou Botocudo ante as hordas invasoras espanholas ou lusitanas. Não é somente possível, é quase certo que os sangrentos choques que estão se sucedendo entre Uruaçu e Parangatu na região do Formoso e do Ribeirão das Trombas, no noroeste goiano, sejam rebentos tardios de uma época histórica já superada. É certo ainda que todas as vidas que já tombaram naquelas terras poderiam ter sido poupadas, se o Poder Público, mais previdente, mais cauteloso, tivesse agido em tempo com rapidez e espírito de justiça sumária. De qualquer forma, porém, a situação cristalizada em desavenças que poderão chegar a resultados mais trágicos ainda, aí está. Goiás está pagando pesado tributo à sua extraordinária expansão nestes últimos anos, com a valorização vertiginosa de seus campos e florestas. Dezenas de homens já foram

²⁰ *O Cruzeiro*, 14 abr. 1956, p.4-11.

imolados ao Progresso, que é um deus materialista, mas em cujo altar se ajoelham todos os povos, impelidos por um determinismo histórico que a ninguém é dado fugir. Dentro deste espírito e enquadrada nestas normas, foi escrita e fotografada a presente reportagem.²¹

Fica claro, a partir do exposto, a concepção dos autores com relação à etapa histórica que o país passava e o seu inevitável destino rumo ao progresso. Expunha o caráter inconcluso da nação brasileira ao mesmo tempo em que assinalava que o processo civilizatório estava em marcha. Norbert Elias (1993, v.2), ao estudar as mudanças sociais que passaram a caracterizar o mundo dito civilizado do ocidente europeu, situa os conflitos de terras como uma etapa do processo civilizador. Para o autor, eles decorrem de um período em que o monopólio da força física ainda estava em mãos privadas, baseado na força social de famílias ou grupos. O conflito seria a luta por este monopólio num processo de centralização do poder pelo Estado, o que levaria à pacificação que, em última análise, é o estágio civilizado livre de violência física (ELIAS, 1993:197-198). De acordo com essa concepção, o registro do caso de Goiás revelava, portanto, um Brasil ainda não “pacificado”, ou seja, duas formas de monopólio da violência estavam ainda em disputa e o apelo era pela intervenção do poder público que deveria assumir o controle e pacificar/ civilizar a região.

A reportagem põe em evidência o território a desbravar, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de organizar esse processo, dirigi-lo, conforme o projeto que a revista defendia para o país, ou seja, integrar incorporando à nação os vazios nacionais, tornando-os produtivos, ou seja, a ocupação capitalista do território. Estes espaços também deveriam ser ocupados pelo excesso de migrantes, sobretudo nordestinos, que engrossavam as grandes

²¹ *O Cruzeiro*, 14 abr. 1956, p.7.

idades, levando-as ao caos urbano, denunciado frequentemente pelas reportagens. O apoio da rede Associada à “Marcha para o Oeste”, iniciada nos anos trinta, teve na revista *O Cruzeiro* um canal adequado à veiculação deste ideário, em especial, pelo modelo informativo da fotorreportagem que tem na fotografia, neste caso as imagens do país, o sentido principal da mensagem. Além disso, o alcance e o público-alvo da revista é aquele que o projeto visava mobilizar para a causa em questão.

A síntese deste ideário civilizador em relação à integração do território nacional pode ser auferida por uma extensa reportagem que presta homenagem ao Marechal Rondon, por ocasião de sua candidatura ao prêmio Nobel da paz em 1957. Nela podemos encontrar a personificação deste projeto “civilizador”.

A matéria ocupa dez páginas e é o tema da capa da revista, ilustrada pela fotografia de um índio²². Os termos civilização, conquista e bandeirante permeiam toda a narrativa. A organização das fotografias alterna imagens antigas das expedições de Rondon, desde o início do século, com fotos atuais do homenageado, então com 92 anos de idade. A sequência de imagens, legendas e textos traça a história de vida do personagem atrelada a do país. O próprio título: “A Epopéia de Rondon”²³ reforça a ideia de uma trajetória heroica na qual o personagem movido pelo patriotismo encarou uma vida difícil, cheia de privações em prol da defesa e construção da nação brasileira. A reportagem liga-o à nacionalidade brasileira quase de forma “biológica”, como podemos extrair do trecho inicial: “descendente de bandeirantes de São Paulo e de espanhóis dos Pirineus, com sangue de índios Bororós e Terrenas [...] nasceu

²² Importante destacar que ao longo de toda história da revista, foram raras as capas que não traziam uma imagem feminina, e esta é uma delas.

²³ *O Cruzeiro*, 15 jun. 1957, p.56-74.

quando se acendiam os primeiros fogos da guerra contra o Paraguai”.²⁴.

Três imagens se destacam na reportagem por ocuparem, cada uma, duas páginas inteiras e pelo fato de serem coloridas. Diferenciam-se das demais, ainda, por serem ilustrações e não fotografias, adquirindo uma conotação específica dentro do conjunto de muitas fotografias. Estas imagens simbolizam três “etapas” reconhecidas da nação: a primeira é uma ilustração da Proclamação da República, da qual Rondon teria participado ao lado de Deodoro e Floriano Peixoto; a segunda é de um episódio narrado por Rondon, no qual o grupo liderado por ele teria sofrido um ataque dos índios, sendo que a atitude pacífica de Rondon (em oposição ao ataque selvagem) teria como resultado a pacificação, leia-se, civilização dos indígenas. A figura mostra, em primeiro plano, os índios em posição de ataque com arco e flecha em punho e, ao longe, a caravana de Rondon; a terceira é a culminância, o resultado da atuação bandeirante de Rondon: a conquista do território. Sob o título: “A conquista do Coração da América meridional: em meio século de atividades no sertão, Rondon colocou meio milhão de quilômetros quadrados no mapa”,²⁵ abre-se um grande mapa em duas páginas (figura 02), onde estão assinaladas as rotas e os pontos conquistados pelas “bandeiras” de Rondon. O tamanho e a disposição do mapa remetem à ideia da extensão territorial do país.

²⁴ Ibidem. p.58.

²⁵ Ibidem.p.65.



Figura 02: A Epopéia de Rondon. *O Cruzeiro*, 15 jun. 1957, p.66-67.

Se tomarmos essas três imagens separadamente, abstraídas do contexto temático da reportagem, elas poderiam ilustrar qualquer narrativa sobre a história do país, sem fazer qualquer relação com Rondon, com exceção das rotas e legendas sobre o mapa. Mas nesse contexto, elas servem como o elo de ligação entre Rondon - “o civilizador do sertão”²⁶ ou o “civilizador das terras tropicais”²⁷ - com a nação, ou, mais especificamente, com a trajetória do país no seu processo civilizador.

A primeira imagem remete ao imaginário da proclamação da República no Brasil, que liga o episódio ao ingresso do país na modernidade, significando o rompimento com a monarquia decadente, símbolo do atraso brasileiro. A República trazia consigo os ares da liberdade, da juventude, do progresso, bem aos moldes da concepção positivista, ideário que permeou as ações de Rondon – a reportagem chega a se referir a ele como o “bandeirante científico”.²⁸

A imagem dos indígenas, por sua vez, assumia um duplo significado na medida em que, ao mesmo tempo em que ele representava a identidade nacional através de um passado

²⁶ Idem.p.57.

²⁷ Idem.p.57.

²⁸ Ibidem.p.60

idealizado pelo romantismo como um elemento cordial e pacífico, era também passível de ser civilizado e integrado à sociedade, sendo esta uma das principais missões de Rondon: a pacificação dos índios como expressão da luta contra o atraso, uma vez que a presença do indígena era um indicativo do “nível” de civilização de uma região.

A terceira ilustração, a do mapa, evidencia a marcha da civilização na conquista do território, enfatizando sua extensão e riqueza. Mais do que isso, mostrava aos brasileiros, leitores da revista, os limites da civilização, representados pelos traços em vermelho no mapa e os nomes das localidades “conquistadas”. Limites confirmados pelas fotografias que mostram o grupo de Rondon fixando a bandeira nacional em vários pontos do território. Rondon declarava: “Eu levava a bandeira do Brasil para hastear nos postos avançados: era o símbolo da Civilização”.²⁹ O mapa era a representação técnica do espaço brasileiro devidamente dividido e classificado em conformidade com o que Arruda definiu como a divisão entre “sertão *versus* civilização”(ARRUDA, 2000:127). É importante lembrar que a Comissão Rondon era composta por técnicos, sobretudo engenheiros militares, imbuídos de um imaginário pautado pela crença na técnica como elemento de progresso e civilização e na integração nacional, sendo necessário, portanto, o reconhecimento e mapeamento dos territórios para integrá-los à civilização.

As ilustrações acima descritas, especialmente as duas primeiras, dão uma conotação mítica à trajetória do herói, mas que, no entanto, não perde o contato com a realidade presente, na medida em que as fotografias atualizadas do Marechal, cujos traços fortes foram acentuados pela iluminação escolhida pelo fotógrafo, aparecem

²⁹ Ibidem. p.72.

continuamente entre os textos e as fotografias das antigas expedições. Como vimos anteriormente, na época da reportagem, o processo posto em marcha por Rondon, de civilizar o interior do país, não estava ainda plenamente consolidado. Após a etapa de reconhecimento e demarcação do território, desenvolvida pela Comissão, era necessária a sua ocupação e exploração racional, nos moldes capitalistas, o que incluía a domesticação dos habitantes locais. Nesse sentido, a reportagem, ao descrever o processo de conquista do espaço nacional de forma linear e inconclusa, reforçava a ideia de um movimento civilizador em andamento no Brasil.

Ao divulgar essas imagens que construíam o espaço nacional sob a ótica do progresso, delimitando, classificando, esquadrinhando o território na busca de suas possibilidades de exploração e ocupação; convertendo seus habitantes em objetos de conquista, a revista difundia e reforçava o mesmo imaginário daqueles exploradores do início do século, transformando-os em heróis por meio das homenagens. Sobre este aspecto, Laura Maciel, que em tese de doutoramento aprofundou a análise sobre a Comissão Rondon, diz que:

[...] para aquele grupo de militares comandados por Rondon, a ideia de civilização se constrói como contraponto e por oposição ao sertão, sendo o primeiro uma característica ou qualidade de quem habita as cidades, de quem domina a técnica e integra uma cultura nacional e o sertão é, então, o lugar do atraso técnico, de maneiras e comportamentos antigos, da barbárie e violência, é o lugar da natureza ainda virgem e indomável, da negação da cultura e da civilização, além da ideia de distância do “centro”, da costa, do litoral, de lugar longínquo que perdurou do sentido português de ocupação colonial (MACIEL, 1997:129).

Podemos afirmar, portanto, que as fotorreportagens na revista *O Cruzeiro* divulgaram imagens e discursos sobre o processo de (re)conquista e integração do território nacional, que ainda estava

em marcha na década de 50, mesmo que já numa segunda etapa, a da consolidação das “conquistas” e organização dos espaços conquistados. Nesta prática, a revista veiculou a sua visão do movimento, que entendia como estágio do processo civilizatório pelo qual passava a nação.

Brasil Exótico: a retomada da visão edênica

O Cruzeiro preocupou-se, também, em revelar um país exótico, através da constante exposição e exaltação das belezas naturais brasileiras. Observa-se certo apelo romântico dado às reportagens, evidenciado tanto por meio dos textos, quanto pela escolha das fotografias. Essas eram tecnicamente bem trabalhadas para chegar ao efeito desejado. Também eram, em grande parte, coloridas, realçando a natureza tropical, própria do país.

Este apelo à paisagem como traço identitário do país não era novo e já foi intensamente discutido por vários autores que se preocuparam com a construção da identidade brasileira e a sua relação com a natureza. A visão edênica esteve presente nos relatos dos descobridores europeus e posteriormente nos viajantes “científicos” e esta imagem do Brasil como natureza cristalizou-se definitivamente com o ufanismo de Afonso Celso (s/d) no início do século. Posteriormente, vários autores, especialmente na literatura, retomaram e reforçaram esse imaginário. Uma análise mais aprofundada da questão foi feita pela primeira vez por Sérgio Buarque de Holanda (1959). Outro trabalho importante é o de Flora Sussekind (1990) que discute essa questão a partir das obras literárias brasileiras. A permanência da imagem do país como natureza foi avaliada por José Murilo de Carvalho (1998) em estudo feito a partir de uma pesquisa com diferentes segmentos da sociedade brasileira atual. Gilmar Arruda (2000), por sua vez, diz que

a natureza é o ethos brasileiro mais difundido e o de maior penetração.

Entendemos que a revista reforçou esse imaginário, especialmente pela possibilidade de produzir e difundir imagens e, não somente, discursos verbais. A preocupação com a identidade do país, sobretudo a afirmação desta no mundo, ou seja, integrar o país não apenas internamente, mas ao mundo civilizado, era um dos objetivos a serem alcançados.

Unindo a ideia de integração nacional ao imaginário edênico, Foz do Iguaçu figurava como um símbolo por excelência nas reportagens. Região de fronteira, sendo por isso cedo integrada ao território nacional através de ocupação militar e transformada em Território Federal durante o Estado Novo, ela, porém, permanecia inexplorada, *virgem*, conforme a fala de Jânio Quadros, citada anteriormente. Era necessário, portanto, domesticá-la e inseri-la no âmbito da civilização, o que se daria por duas vias: sua exploração turística e energética. Ao mesmo tempo, a exuberância de sua paisagem servia de fundamento aos discursos edênicos sobre o país. Nesse sentido, as imagens das cataratas veiculadas na revista apresentavam-se simultaneamente como possibilidade de riqueza e representantes das belezas naturais do país. Simbolizavam tanto o processo civilizador da conquista do sertão, quanto reforçavam o imaginário edênico, constituinte reconhecido da identidade nacional. Talvez por este duplo significado, as imagens das cataratas se repetiram na revista ao longo do período estudado. A natureza permanecia como traço definidor da nacionalidade, entretanto o olhar passou a ser dirigido por outros interesses, especialmente os econômicos.

Uma destas reportagens, feita em dez páginas com fotografias produzidas em cores e bem elaboradas, seguidas de legendas e textos explicativos sobre a região e as potencialidades da

cachoeira – turísticas e hidrelétricas - retrata esse simbolismo. Traça, também, um paralelo com a Argentina, que, conforme nos informa a matéria, vinha explorando melhor a sua “parte” do paraíso. O apelo nacional é evidente, tanto por meio do colorido das imagens, que remetem ao imaginário edênico, quanto pelo conteúdo do texto. O *lead*, logo abaixo do título, é o único trecho verbal, numa página dupla, coberta por duas fotografias das cataratas, orientando o leitor sobre o sentido da leitura que se desenrolará nas páginas seguintes, ele diz: “[...] lancemos um olhar para nossas riquezas naturais, sem estéril ufanismo, mas com clarividência, para resolver os problemas básicos da nacionalidade”.³⁰ Claro está, portanto, o duplo sentido que Iguaçu adquiriria no discurso veiculado na revista.

O conteúdo verbal da reportagem enfatiza as possibilidades econômicas da região. Organizado de forma didática, o texto tem como título: “Iguaçu, filho relegado do turismo brasileiro”³¹, ao qual seguem os seguintes subtítulos: “História e Geografia”; “Turismo e Paisagens e “Milhões de Quilowatts”. A fotografia principal, no centro, ocupando as duas páginas, é o que podemos chamar de um cenário paradisíaco, pois contém os elementos que tradicionalmente compõem o imaginário sobre o paraíso, ou seja, - natureza exuberante, exotismo, clima ameno, profusão de água doce e riqueza mineral – a riqueza, aqui, pode ser identificada com as possibilidades energéticas da cachoeira.

A representação desejada era obtida pelo cuidado na composição da imagem, destacando os elementos simbólicos descritos acima. A luz, vinda do alto, ilumina o centro da fotografia, onde aparece a imagem do rio bastante azul que transborda formando as cachoeiras. O azul do rio é intercalado pelo verde da

³⁰ *O Cruzeiro*, 27 abr. 1957, p.62.

³¹ *Idem*, p.62.

vegetação e o marrom da terra. A luz também incide sobre as cataratas, muito brancas, que envolvem toda a paisagem, exibindo sua exuberância e, ao mesmo tempo, seu potencial energético. A imagem é “emoldurada” pela vegetação em tonalidades mais escuras e indefinidas, parte da mata ainda desconhecida e/ou inexplorada.

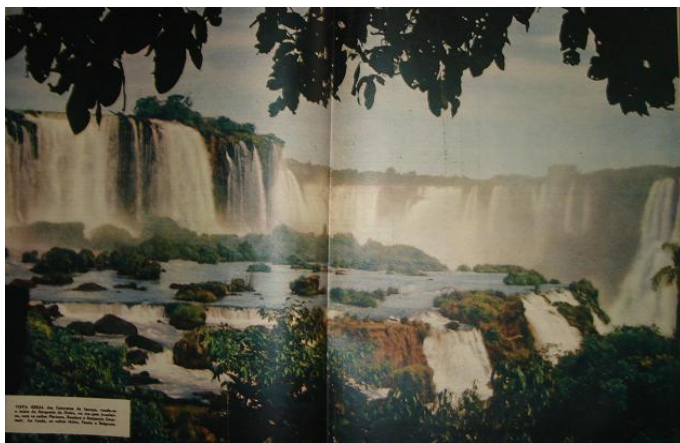


Figura 03: Iguazu- Água Grande. *O Cruzeiro*. 27/04/1957, p.66-67.

Ao final, entre as fotografias, podemos encontrar um pequeno texto sob o subtítulo: “Por que me ufano [...]”,³² uma apologia às cataratas do Iguazu, comparando-as, em beleza e potência com Niágara, nos EUA, e às quedas do Reno, que não chegariam aos pés de Iguazu. Enfatiza que,

[...] é necessário, entretanto, que o Governo Federal (já que uma política turística puramente estadual, só pode ser reduzida e de pouca valia) procure encarar de frente o problema de atração do visitante estrangeiro ao Brasil, fonte inesgotável de divisas, e fator indispensável de progresso, que no século atual ninguém pode desconhecer. [...] E em verdade, para que se possa dizer, o por que me ufano do “Iguazu”, é necessário obviamente que a obra incomparável da natureza seja completada pela

³² Ibidem. p.70.

inteligência criadora do homem. Ou não teremos capacidade para tanto?³³

A paisagem, portanto, deveria ser humanizada, domesticada, revelando o homem civilizado como agente transformador, em conformidade com o ideal de progresso defendido, no qual a ação do homem sobre a natureza, mediado pela técnica, era fundamental para o desenvolvimento nacional.

Em outra reportagem sobre a região, a ênfase recaía exclusivamente no seu potencial turístico, apelando explicitamente ao imaginário edênico, conforme já nos antecipa o título: “O Paraíso Perdido no Rio Paraná” ³⁴

De acordo com o modelo padrão da maioria das fotorreportagens, a primeira página (figura 04) é toda ela ocupada por uma grande fotografia e, neste caso, ela retrata um pescador, sentado, observando o por do sol. O efeito das cores, o olhar perdido do pescador, identificado pelas redes de pesca, dá à composição fotográfica um caráter de romantismo e nostalgia. Ao lado, a legenda completa: “UM PÔR DE SOL nas margens do Rio Paraná assombraria até os espertos em tecnicolor de Hollywood”. Na página oposta, seguido do título da matéria, o subtítulo: “Poesia, romance e sensações: descobrindo um Brasil desconhecido”. ³⁵

³³ Idem. p.70. Grifo nosso.

³⁴ *O Cruzeiro*, 26 março 1955, p. 54-63.

³⁵ Idem.p.55.



Figura 04: O Paraíso Perdido no Rio Paraná. *O Cruzeiro*, 26 mar. 1955, p. 54-55.

A reportagem prossegue por mais oito páginas, num total de dez. O enredo é a excursão de “caçadores”, evidentemente turistas, orientados pelos nativos. As possibilidades turísticas do local são extensamente exploradas. A fotografia que ocupa toda a metade superior de uma página dupla retrata o barco no qual a excursão sai para a pesca, evidentemente, esportiva, conforme deduzido da legenda: “Em busca de aventuras, esta pequena excursão de caçadores percorreu mais de 200 quilômetros, encontrando caça em abundância. É como se realizassem uma volta ao passado”.³⁶ A seguir, uma série de paisagens, entre as quais se destacam as Sete Quedas, “em cores”, aparecem sendo contempladas por dois turistas, devidamente caracterizados com máquinas fotográficas a tiracolo e chapéu estilo safári. Novamente as cataratas do Iguaçu figuram como símbolo máximo do território a desbravar, parte desconhecida e inexplorada do paraíso tropical e, neste caso, sobretudo, possibilidade de exploração turística.

Mas o extenso litoral brasileiro também era fonte inesgotável de paisagens paradisíacas que a revista preocupou-se em mostrar

³⁶ Ibidem.p.57.

aos leitores, compondo quadros, verdadeiros retratos do país, tendo por base as belezas naturais.

O mesmo estilo das matérias descritas anteriormente foi adotado na reportagem “Jangadeiro”³⁷, em que o repórter de *O Cruzeiro* era o explorador que se dispunha a passar um dia e uma noite acompanhando os jangadeiros em Fortaleza, Ceará. Embora o tema da matéria seja o jangadeiro e não a paisagem natural, o que se destaca visualmente é a paisagem. As fotos apresentam os jangadeiros enquanto componentes da paisagem. A tonalidade, agora, é o azul, caracterizando o litoral (figura 05).

A reportagem é composta por nove páginas, intercalando fotografias coloridas e em preto e branco. Da mesma forma que na anterior, as fotos apresentam retoques visíveis, a fim de torná-las esteticamente mais harmoniosas. Cenas onde se sobressai a paisagem, em geral coloridas, alternam-se com outras em que o destaque é o trabalho do jangadeiro, a maioria em preto e branco. Há um equilíbrio visual entre o trabalho do jangadeiro e a paisagem paradisíaca, o que suaviza a imagem do trabalho duro dessas pessoas, descrito, no texto, nos títulos e nas legendas.

³⁷ *O Cruzeiro*, 14 abr. 1956, p.58-62.



Figura 05: Jangadeiro. *O Cruzeiro*. 14 abr. 1956, p.58-59.

Essas matérias são amostras de outras com a mesma temática. Além das reportagens, na coluna “flagrantes”, grande parte das imagens publicadas eram de cenas desse tipo de paisagem. Havia, portanto, uma intenção da revista em revelar aos brasileiros, leitores de *O Cruzeiro*, um país a ser explorado também turisticamente, tanto pelos nacionais quanto pelos estrangeiros, descrevendo a natureza brasileira como um patrimônio nacional, traço identitário da nação que se civilizava na medida em que, esse seu capital cultural (neste caso, as belas paisagens) poderia ser lançado no mercado mundial de bens culturais dos países desenvolvidos. Nesse sentido, era o mesmo olhar “civilizador” que recortava e moldava a paisagem nas páginas da revista, adaptando-a aos incipientes interesses dos novos cidadãos-consumidores, leitores de *O Cruzeiro*.

Rio de janeiro: caos urbano ou paraíso tropical?

Embora a revista se empenhasse em divulgar diferentes

imagens do país, num processo de construção que transmutava as diferenças regionais em exotismo, a imagem símbolo do Brasil, como nos dias atuais, era a do Rio de Janeiro, com destaque para suas praias e os recortes desenhados do seu relevo. Lúcia Lippi de Oliveira (2002) informa-nos que o Rio de Janeiro é a cidade mais “iconografada” do Brasil e, mesmo antes da fotografia, os pintores viajantes já retratavam as paisagens tropicais da cidade em suas aquarelas, e, no século XX, as imagens passaram a ser fotográficas. Esta produção foi realizada principalmente por Augusto Malta, fotógrafo contratado pela prefeitura, incumbido de registrar as reformas empreendidas na cidade durante a gestão de Pereira Passos.

Levando em consideração que *O Cruzeiro* era a primeira grande revista ilustrada do país a atingir todo o território nacional, poderíamos dizer, inclusive, que ela contribuiu, se não para a construção, para a divulgação deste “postal” do Rio de Janeiro e, por tabela, do Brasil. O Rio de Janeiro foi, de longe, a paisagem mais divulgada na revista. Servia de cenário para os mais diferentes personagens: misses, artistas internacionais, políticos estrangeiros e nacionais e até mesmo chefes da Igreja Católica. A cidade era, segundo a própria avaliação da revista, “a mais bela moldura do mundo”.³⁸

A revista, além de reforçar e divulgar imagens já consagradas pelo público, como a Bahia da Guanabara e a praia de Copacabana, reelaborava e construía novos lugares que iam adquirindo outras funções, especialmente, para a recente elite urbana que se modernizava e ansiava por outras formas e espaços de lazer.

³⁸ Referência ao fato de a cidade sediar o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. *Praça da Fé. O Cruzeiro*, 06 ago. 1955, p.38-44.

Com este propósito, em janeiro de 1955, a revista publicava duas matérias sobre a praia do Arpoador. Na primeira delas, intitulada: “O primeiro domingo de verão no Arpoador”,³⁹ a reportagem, após destacar as belezas naturais do verão carioca, chamava atenção para os problemas de infraestrutura decorrentes do rápido crescimento da referida praia, a incidência de roubos de carros e a necessidade de um maior policiamento. Na semana seguinte, a revista voltava com outra reportagem sobre o mesmo local, desta vez intitulada “Maré Baixa.” (figura 6).⁴⁰ Nela, a praia é descrita como lugar de lazer das pessoas “de bem” do Rio de Janeiro. Anuncia, também, a sua potencialidade turística para atrair, inclusive, estrangeiros. É a cara do “Brasil de exportação”, segundo as próprias palavras do redator: O Arpoador é “... uma das raras coisas que o Brasil poderia exportar consciente do absoluto sucesso internacional”.⁴¹ A possibilidade de riqueza material decorrente da exploração racional da natureza é evidenciada na legenda de uma foto que retrata as frequentadoras da praia, provavelmente, “socialites”. Ela diz: “Esta foto prova que todos os rios correm para o mar, inclusive os do dinheiro”⁴²

A revista construía, assim, a imagem da praia do Arpoador como próprio símbolo do verão carioca e, por tabela, da tropicalidade do país, imagem que se queria exportar. Nas duas reportagens, entre as fotografias de página inteira, duas delas são praticamente idênticas, repetindo o mesmo ângulo: é uma vista da praia em direção ao horizonte que aparece como um semicírculo, insinuando a sua posição em relação ao mundo. Mais uma vez, a legenda orienta

³⁹ *O Cruzeiro*, 08 jan. 1955, p.90-97.

⁴⁰ *Idem*, 15 jan. 1955, p.6-17.

⁴¹ *Ibidem*. p.7.

⁴² *Ibidem*.p.14-15.

a leitura, dizendo: “Até a terra exibe suas curvas na praia do Arpoador”.⁴³



Figura 06: Maré Baixa. *O Cruzeiro*, 15 jan. 1955, p.14-15.

O Cruzeiro atribuía-se a função de classificador e divulgador das belezas naturais do país como produto a ser exportado. Os repórteres percorriam o Brasil destacando (no sentido literal da palavra) a natureza e reivindicando sua exploração enquanto produto turístico. O papel de construtor da imagem foi descrito pela própria revista: “Foi esta revista quem super-povoou o Arpoador”⁴⁴.

Porém, para além das imagens ensolaradas e descontraídas do Rio de Janeiro, a cidade representava, também, a capital do país. Sede do Distrito Federal, era um grande centro, acumulando atividades econômicas e administrativas, o que levava a uma intensa concentração populacional, gerando problemas de infraestrutura, como habitação, saneamento, trânsito, marginalidade, entre outros. *O Cruzeiro* não ficou alheio a tais questões e tratou de reproduzir também essa imagem da Cidade Maravilhosa.

⁴³ Idem. p.14-15.

⁴⁴ *O Cruzeiro*, 15 jan. 1955, p.06.

O Rio de Janeiro havia passado por uma fase de modernização urbana, no início do século, conhecida como a reforma Pereira Passos, que pretendeu “implantar a modernidade, o progresso e a civilização” na Capital da República, tendo como referência a cidade de Paris (OLIVEIRA, 2002:159). Posteriormente, outros planos tiveram o mesmo propósito de remodelar o espaço urbano do Rio de Janeiro como o Plano Agache (1927-1930) e o Plano da Cidade (1937-1945) aos quais se seguiram outros após a década de 1960.

Vera Resende (2002) analisou uma sequência de planos que buscavam o ordenamento urbano da cidade, mas que fracassaram na sua implementação. A autora, num olhar panorâmico sobre a história do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, refere-se à falta de planejamento na apropriação da área urbana. Entretanto essa ausência correspondeu a uma abundância de leis sobre a regulamentação da ocupação do solo urbano que, segundo a autora, somente referendaram o crescimento espontâneo da cidade.

Nos anos 50, os contornos da cidade já estavam definidos, passando por um processo de adensamento dos espaços já ocupados, restando pouco para o planejamento como projeto de mudança. Para acomodar a tendência de crescimento já constatada, bastava alterar a legislação, como, por exemplo, a lei 285/48 que permitiu a divisão da propriedade em parcelas autônomas em edificações de dois ou mais pavimentos em um mesmo lote.

Os problemas urbanos foram objeto de várias reportagens de *O Cruzeiro* no período. Entre estas, os principais títulos são: “Os Zebus de Pedra”, referente à especulação imobiliária no Rio de Janeiro; ⁴⁵ “Rio, o Recordista da Morte”, sobre acidentes de trânsito;⁴⁶ “A Batalha do Trem Elétrico”⁴⁷, crítica à insuficiência dos

⁴⁵ *O Cruzeiro*, 14 maio 1955, p.8-13.

⁴⁶ *O Cruzeiro*, 19 nov. 1955, p.76-77.

transportes coletivos; “Cidade Garagem”, trata dos problemas da falta de estacionamentos na cidade;⁴⁸ “Copacabana sem Retoque”,⁴⁹ sobre o escoamento do esgoto da cidade, “Metropolitano Carioca”, sobre o projeto de um metrô para o Rio;⁵⁰ “Água”, refere-se à falta de água tratada. Todas as reportagens ocupam em torno de cinco páginas ou mais cada uma, com muitas fotografias. Seleccionamos apenas algumas, pois, em geral, elas podem ser resumidas como críticas à infraestrutura da cidade que não teria se adequado ao crescimento. É também comum a cobrança das soluções ao poder público, bem como acusações de ingerência nesse setor.

A primeira reportagem selecionada é a comemorativa ao aniversário da cidade, “O Rio faz 388 anos”.⁵¹ Ela destaca-se entre as demais pela qualidade de suas imagens, na maioria fotografias aéreas de diferentes panoramas da cidade. Caracteriza-se também pela quase ausência de material verbal, limitando-se estes às legendas. Embora a beleza seja evidenciada, as legendas vão orientando o leitor sobre as *ameaças* que pairam sobre este cenário paradisíaco. Já de início, sobre uma fotografia aérea de Copacabana que ocupa duas páginas, podemos ler: “Ainda é uma cidade maravilhosa [...] quando vista de cima, como nesta reportagem”.⁵² Na página seguinte, ao centro, duas imagens do Rio de Janeiro, uma de 1929 e outra de 1955 cuja legenda diz: “Em 1929 o Rio contava com um arranha-céu... hoje possui centenas deles. Será vantagem?”⁵³ Na sequência, mais quatro fotografias retratam os bairros da zona sul: Ipanema e Leblon; Copacabana; Jardim Botânico e Gávea; Botafogo e Flamengo. Finalizando a reportagem, numa página dupla,

⁴⁷ *O Cruzeiro*, 31 março 1956, p.106-113.

⁴⁸ *O Cruzeiro*, 22 set. 1956, p. 90-99.

⁴⁹ *O Cruzeiro*, 05 maio 1956, p. 46-49.

⁵⁰ *O Cruzeiro*, 08 set. 1956, p. 100-105.

⁵¹ *O Cruzeiro*, 22 jan. 1955, p. 90-97.

⁵² *Idem*, p.90.

⁵³ *Ibidem*, p.92.

uma gigantesca foto do centro da cidade com a legenda: “Grandes edifícios, milhares de automóveis, muito sol, e muito calor: Eis o centro do Rio”.⁵⁴

Radicalmente diferente, tanto no conteúdo quanto na forma da anterior, “Os Zebus de Pedra: o dramático presente do país do futuro”⁵⁵ é uma reportagem de seis páginas que chama a atenção pela composição e disposição das imagens (figura 7). Todas as fotografias são montagens com sobreposição de imagens e utilizando recursos como marcadores e recortes irregulares. O tema, conforme já referido, é uma crítica à especulação imobiliária e ao crescimento vertical e desordenado da cidade, que estaria descaracterizando o Rio de Janeiro, especialmente a Zona Sul, até então reduto das classes mais favorecidas e, agora, estaria sendo dominada pelos pequenos apartamentos de um cômodo que o autor chama de “cabeças de porco”.

A primeira fotografia ocupa duas páginas e joga com os contrastes de luz e com a sobreposição de imagens. Sob um fundo escuro, são literalmente empilhadas, de forma desordenada, várias fotos de edifícios da cidade de diferentes alturas e de diferentes épocas; observam-se os prédios mais antigos, embaixo, sendo empurrados por outros mais modernos e mais altos.

⁵⁴ Ibidem. p.92-93.

⁵⁵ *O Cruzeiro*, 14 maio 1955, p.8-13.

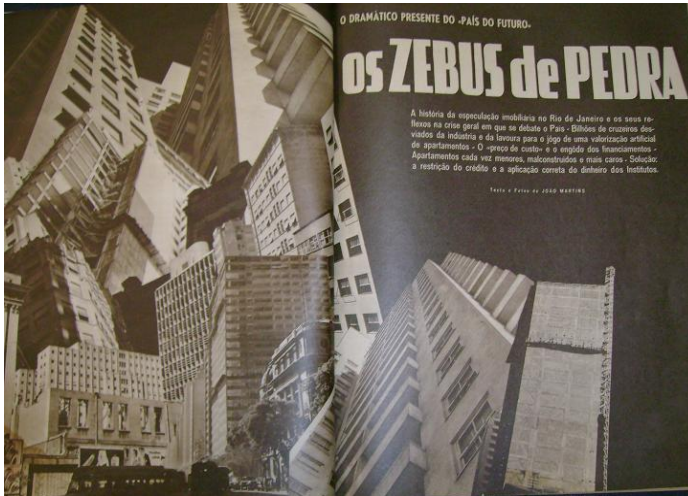


Figura 07: Os Zebus de Pedra. *O Cruzeiro*, 14 maio /1955, p.8-9.

Nas duas páginas seguintes, vê-se, na esquerda, apenas um texto explicativo do processo histórico que teria conduzido à situação atual e, à direita, toda a página é coberta por uma composição de anúncios imobiliários, todos na zona sul. Uma “faixa” transversal aparece em destaque sobre esses recortes anunciando: “O Rio cresce para o sul”.⁵⁶ Abaixo, ocupando as duas páginas, uma “tira” de imagens de prédios, todos com o mesmo padrão.

As duas últimas páginas trazem outra composição elaborada das imagens, garantindo o efeito negativo dado a este aspecto do crescimento da cidade. Ao centro, um pequeno texto que tem como título: “Cabeças de porco a preços de luxo”⁵⁷ comenta sobre a profusão dos pequenos apartamentos em Copacabana e os elevados preços pagos por eles. Logo abaixo, um círculo sobre um possível anúncio de um desses imóveis chama a atenção do leitor. Este bloco central “espremido” por duas imagens, uma de cada lado, de prédios mal cuidados, onde sobressaem as roupas estendidas nas

⁵⁶ Idem. p.11.

⁵⁷ Ibidem.p.12-13.

janelas e sacadas, simbolizando sua ocupação por pessoas de baixa renda que “enfejavam” a paisagem que estaria destinada à exportação.” Numa destas fotografias podemos ler a legenda: “Copacabana pelo avesso”.⁵⁸ Mostrava-se o outro lado de Copacabana, aquele que deveria ser extirpado como no período da Reforma Pereira Passos.

Uma leitura mais atenta desta reportagem revela uma preocupação além da puramente estética. Na realidade o avanço de pequenos apartamentos na zona, até então nobre da cidade, colocava em perigo a hegemonia do grupo burguês na zona sul carioca e, em especial, em Copacabana. Os financiamentos enfaticamente denunciados na reportagem tornavam este mundo (da zona sul) acessível a uma parcela mais ampla da população. Não era à toa, portanto, que a revista se preocupasse em divulgar novos espaços de sociabilidade e de lazer das camadas burguesas, como já explicitado. O projeto civilizador difundido na revista *O Cruzeiro* não pressupunha a incorporação no sentido democrático das camadas populares, mas sim a sua direção . Nesse sentido, dividir o mesmo espaço com esses grupos não fazia parte do seu projeto.

Constatamos que Copacabana, um dos principais símbolos do glamour carioca, era o alvo principal das críticas feitas pela revista à cidade do Rio de Janeiro. Os efeitos do aumento da população ameaçavam moradores e visitantes. A reportagem “Copacabana sem retoques”⁵⁹ mostra o bairro, agora “visto de baixo”, evidenciando as suas “cicatrizes”.⁶⁰ A queixa era em relação à infraestrutura, no caso, o sistema de esgotos, que estaria desembocando na praia “mais famosa da América do Sul”. O endereço das críticas era o Poder Público que, embora estivesse

⁵⁸ Ibidem. p.13.

⁵⁹ *O Cruzeiro*, 05 maio 1956, p.46-49.

⁶⁰ Termo usado na legenda que se refere a fotografia inicial. *O Cruzeiro*, 05 maio 1956, p.46.

realizando obras para solucionar o problema, não deveria ter deixado chegar àquele ponto.

As imagens de Copacabana, portanto, são emblemáticas no que se refere às questões discutidas pela revista em relação ao espaço “civilizado” do país, servindo como material para reportagens que remetiam tanto à imagem de paraíso tropical, quanto para a falta de planejamento diante do acelerado processo de urbanização na época. De maneira geral, podemos dizer que as críticas feitas nessas reportagens direcionavam-se ao poder público que deveria tomar medidas para promover um crescimento mais ordenado, dentro dos moldes do mundo civilizado. O crescimento em si nunca era questionado, mas, ao contrário, incentivado. Eram sugeridas soluções, entre as quais a interdição dos “caminhões paus de arara” que “despejam nordestinos na cidade”⁶¹ para resolver o problema do êxodo rural. Desta forma, um desenvolvimento urbano ordenado e dirigido também pressupunha a plena integração e desenvolvimento do interior, ideal que a revista se empenhou, não só em difundir, como em promover ações práticas para a sua realização como vimos anteriormente.

Pretendemos demonstrar como a revista *O Cruzeiro* difundiu imagens do espaço brasileiro pautadas pelo ideal civilizador do qual a revista era representante. As mensagens nas fotorreportagens, vistas como um todo, adquirem uma coerência de sentido, uma lógica própria que evidenciam a visão que a revista tinha sobre a nação. Ela entendia que o país estava em sua etapa final do processo civilizador, portanto, era ainda necessário fazer ajustes que, no que diz respeito ao espaço nacional, significava promover a integração do território brasileiro em conformidade com a lógica capitalista de

⁶¹ *O Cruzeiro*, 14 maio 1955, p. 12.

ocupação e exploração. O país, então, passava por um processo de reorganização que a revista tratou de divulgar e, ao mesmo tempo, orientar, na medida em que, por meio dos textos, legendas, imagens e diagramação atribuía conotação positiva ou negativa às representações veiculadas.

Assim, com relação ao interior do país, buscava-se a consolidação dos limites territoriais. A incorporação relacionava-se não só ao território, mas à população – tornar o povo brasileiro -. Essas regiões deveriam também se incorporar ao desenvolvimento econômico da nação. As áreas urbanas, tendo o Rio de Janeiro como enfoque privilegiado das reportagens, passavam por uma crise de crescimento, problemas conjunturais que deveriam ser superados para o pleno ingresso à civilização. As mudanças deveriam passar pela cultura, neste caso aquela adotada pela burguesia do mundo ocidental. Nesse sentido defende-se a hierarquização dos espaços, explícito no caso do Rio de Janeiro (Zona Sul, Zona Norte, Morros). Também os espaços de sociabilidade e lazer passavam por esse processo, criando e divulgando novos locais de encontro, na medida em que os populares avançavam sobre os tradicionais redutos burgueses. Finalmente, em relação às paisagens naturais do país, elas também deveriam ser domesticadas para sua exploração turística no sentido capitalista. Para tal, a revista empenhava-se em divulgá-las ostensivamente, transmutando as diferenças regionais do país em exotismo, num processo de reinvenção do mito edênico brasileiro que passara de um sentido religioso, vinculado à ideologia medieval, trazida pelos descobridores, para um outro, científico, próprio dos viajantes que aqui estiveram no século XIX, e, em meados do século XX, consolida-se uma conotação puramente capitalista, portanto, típica do mundo dito civilizado, expressa, sobretudo, no apelo turístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO CELSO. (s/d.), *Porque me ufano do meu país*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Garnier.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: Entre a história e a memória**. Bauru: São Paulo EDUSC, 2000.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. MetrÓpole e Cultura: O novo modernismo paulista em meados do século. In.: **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 9(2):39-52, outubro de 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BUENO, Magali Franco. **O Imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa**. Dissertação de mestrado do PPG em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Glauco. **Brasil, Primeiro. História dos Diários Associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **O Motivo edênico no Imaginário social brasileiro**. Revista brasileira Ci. Soc. vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998.

CARVALHO, Maklouf. **Cobras Criadas**. São Paulo: SENAC, 2001

CHARTIER, Roger. **O Mundo Como Representação**. In.: CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2002.

CHATEAUBRIAND, Assis. **Economia Tropical**. Artigo publicado nos órgãos dos Diários Associados em 27/12/1957. In: CHATEAUBRIAND, Assis. *O Pensamento de Assis Chateaubriand*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2001. 4 vol.p. 890. Artigos publicados em 1957.

COSTA, Helouise. **A fotografia como projeto etnicida**. In.: Fotografia: comunicação e cultura. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas. **Revista. brasileira. História**. vol.20 n.39 São Paulo 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, Mary. Representações políticas do território latino-americano na revista Seleções. **Revista Brasileira de História**. Ano 1.vol.21.n 042.Dez/2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo, Ática, 1989.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. 1997. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Memórias do Rio de Janeiro**. In: CIDADE: história e desafios/Lúcia lippi de Oliveira (org). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PEREGRINO, Nadja. **O Cruzeiro: a revolução da fotorreportagem**. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.

RESENDE, Vera F. **Planos e regulação urbanística**: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: CIDADE: história e desafios /Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil Não É Longe Daqui**. São Paulo, Companhia das Letras,1990.

Artigo recebido em 10/09/2011

Artigo aceito em 20/12/2011

